

4

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

4

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-850-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.509222801>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“A Educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os professores e professoras pesquisadoras em seus diferentes espaços de trabalho.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

OS DOIS LADOS DA MOEDA: DA IMPOSIÇÃO DO CURRÍCULO IDEOLÓGICO OCULTO À SUPERAÇÃO A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Elizania de Souza Campos

Ednaldo Coelho Pereira

Claudiana Rodrigues Silva

Joanea Oliveira Ribas

Kelem Sena Magalhães

Kelene Sena da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228011>

CAPÍTULO 2..... 11

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Doralice Leite Ribeiro Alves

Edna Alves Pereira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228012>

CAPÍTULO 3..... 25

OFICINAS DE ESTUDO: UM PONTO DE ENCONTRO ENTRE PIAGET, VIGOSTSKI, ROGERS, AUSUBEL, GARDNER, MORIN E FREIRE

Fábio Cantergiani Ribeiro Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228013>

CAPÍTULO 4..... 38

A SUBJETIVIDADE DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA: O SENTIDO DAS AÇÕES EDUCATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Maria de Fátima Magalhães Mariani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228014>

CAPÍTULO 5..... 48

PROTAGONISMO DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTRA O AEDS AEGYPTI

Maria Augusta Fink Dantas

Ana Maria Fink Dantas

Lucimar de Freitas Novais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228015>

CAPÍTULO 6..... 54

JOGOS NO ENSINO DE QUÍMICA: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Gustavo Pricinotto

Vitória Maria Almeida Teodoro de Oliveira

Leticia Darlla Cordeiro

Estela dos Reis Crespan

Leticia Ledo Marciniuk

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228016>

CAPÍTULO 7..... 63

AS BASES BIOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA PARA O CONTEXTO ESCOLAR

Guilherme Kunde Braunstein

Shirley Lucia Quiñones Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228017>

CAPÍTULO 8..... 71

O ENSINO RELIGIOSO NAS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DE DESMONTE DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: UMA INVOLUÇÃO DO PROCESSO

Tania Conceição Iglesias

Ademir Elpídio Pedro Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228018>

CAPÍTULO 9..... 81

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DIGITAL: USOS E IMPLICAÇÕES

Laiz Mara Meneses Macedo

Marta Socorro Vasconcelos Caldas Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5092228019>

CAPÍTULO 10..... 92

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280110>

CAPÍTULO 11..... 98

REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES DAS REDES MUNICIPAIS DE CAPANEMA, MARABÁ E PARAGOMINAS – PA: O QUE MUDOU A PARTIR DO PSPN?

Soraya de Nazaré Camargo Vargas

Dalva Valente Guimarães Gutierrez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280111>

CAPÍTULO 12..... 112

ENSINO DE FILOSOFIA: UMA VOZ QUE NÃO PODE SER SILENCIADA

Sebastião Mauricio de Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280112>

CAPÍTULO 13..... 119

O SOCIOINTERACIONISMO COMO TÁTICA PARA SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO ESPECIAL DE ESCOLAS BRASILEIRAS

Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro

Cristiani Jordão Gomes de Almeida

Kamila Batista Nunes Viana

Fabício Gomes do Nascimento

Delma do Carmo Ker e Aguiar
Marta Alessandra dos Anjos
Quiteria Soares de Oliveira
Edna Maria de Oliveira Honório
Danielle Correia Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280113>

CAPÍTULO 14..... 131

ACESSIBILIDADE E INFORMAÇÃO FATOR CONTRIBUINTE PARA CIÊNCIA CIDADÃ:
UMA ANÁLISE A PARTIR PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DA AMAZÔNIA

Ana Cristina Gomes Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280114>

CAPÍTULO 15..... 147

REFLEXÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E
ESCOLAS: UMA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM
GESTÃO EDUCACIONAL

Amanda Melchiotti Gonçalves

Aline Harumi Sasaki

Andressa Garcia de Macedo

Eliana C. Navarro Koepsel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280115>

CAPÍTULO 16..... 157

DIDÁTICA COM RPG *MAKER* PARA PREVENÇÃO DE ABUSO INFANTO-JUVENIL

Caroline Saemi Fujimoto Érnica

Cristian Schmidt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280116>

CAPÍTULO 17..... 166

DENTRO E FORA DOS JOGOS: REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO
NA EDUCAÇÃO

Ana Carolina Generoso de Aquino

Rosane de Fátima Antunes Obregon

Ana Lúcia Alexandre de Oliveira Zandomeneghi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280117>

CAPÍTULO 18..... 181

PRESENÇA DA PETROBRAS NA CIDADE DE ALTO DO RODRIGUES/RN, BRASIL, E
SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO DESSE MUNICÍPIO

Máximo Luiz Veríssimo de Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280118>

CAPÍTULO 19.....	193
A MATEMÁTICA AJUDANDO A ENTENDER O PROCESSO ELEITORAL	
Isnaldo Isaac Barbosa	
Humberto Vieira de Melo Júnior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280119	
CAPÍTULO 20.....	205
MULHER MARAVILHA, ENSINO E CRIATIVIDADE	
Ana Emília Ferraz Brito de Oliveira	
Renato Pereira de Figueiredo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280120	
CAPÍTULO 21.....	218
A IMPORTANCIA DO DOMINIO DA LINGUA ESTRANGEIRA PARA O PROFISSIONAL DE SECRETARIO EXECUTIVO	
Ana Claudia Telles dos Reis	
Lucimara Fochzato	
Raquel Mendes do Carmo	
Simone Aparecida Tomazetto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280121	
CAPÍTULO 22.....	223
O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO E A CONSULTORIA NA ÁREA SECRETARIAL	
Ana Claudia Telles dos Reis	
Lucimara Fochzato	
Raquel Mendes do Carmo	
Simone Aparecida Tomazetto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280122	
CAPÍTULO 23.....	227
METODOLOGIAS ATIVAS, INTERAÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE COMO ELEMENTOS BÁSICOS NA EXECUÇÃO DE MOSTRA TÉCNICA E CULTURAL EM ESCOLA DE FORMAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	
Elson de Campos	
Elida Maria Rodrigues Bonifácio	
Flávia Cristina Zenith Ferreira	
Cristiane Sampaio de Almeida	
Sílvia Helena Canettieri Rubez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.50922280123	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	245
ÍNDICE REMISSIVO.....	246

REFLEXÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ESCOLAS: UMA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 28/09/2021

Amanda Melchiotti Gonçalves

UNIOESTE
Cascavel/PR

<http://lattes.cnpq.br/2536532562628803>

Aline Harumi Sasaki

UEM
Maringá/PR

<http://lattes.cnpq.br/7682166477598185>

Andressa Garcia de Macedo

UEM
Maringá/PR

<http://lattes.cnpq.br/8350023244863918>

Eliana C. Navarro Koepsel

UEM

<http://lattes.cnpq.br/0592164906340403>

RESUMO: Este relato de experiência decorreu das atividades desenvolvidas no componente curricular Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional, que proporcionou atividades e estudos sobre a articulação entre instâncias gestoras de sistemas de ensino, rede de proteção à infância e escolas. O referido estágio foi desenvolvido por acadêmicas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá por meio de visitas e entrevistas em Instituição Escolar, Conselho Tutelar (CT), Núcleo Regional de Educação de Maringá no Paraná (NRE - Maringá/PR), Organização Educativa

Não Governamental e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Para este relato, optou-se por detalhar e refletir sobre a articulação entre rede de proteção à infância e escolas. Além disso, incide sobre as ações do CT, por ser um órgão de proteção aos direitos da criança e do adolescente. O trabalho demonstrou a importância de os profissionais que atuam na Gestão Escolar, Gestão Educacional e em espaços educativos não escolares, dispor de conhecimentos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069) e da rede de proteção à infância, pois observou-se que o conhecimento é um caminho importante para que não se reproduza uma visão distorcida sobre a atuação do CT, em especial, quando é visto como um órgão punitivo ou com a ingenuidade de que sua ação supriria todas as ausências de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e qualidade da educação às crianças e adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Conselho Tutelar. Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional.

REFLECTIONS ON THE ARTICULATION BETWEEN CHILDHOOD PROTECTION NETWORK AND SCHOOLS: AN EXPERIENCE OF SUPERVISED CURRICULUM INTERNSHIP IN EDUCATIONAL MANAGEMENT

ABSTRACT: This experience report resulted from the activities developed in the curricular component Supervised Curriculum Internship in Educational Management, which provided activities and studies on the articulation between

management bodies of education systems, the child protection network and schools. This internship was developed by academics of the Pedagogy course at the State University of Maringá through visits and interviews at a School Institution, Tutelary Council (CT), Regional Education Center of Maringá in Paraná (NRE - Maringá/PR), Educational Organization Government and Municipal Council for the Rights of Children and Adolescents (CMDCA). For this report, we chose to detail and reflect on the articulation between the child protection network and schools. In addition, it focuses on the actions of the CT, as it is an agency for protecting the rights of children and adolescents. The work demonstrated the importance of professionals working in School Management, Educational Management and in non-school educational spaces, to have knowledge about the Statute of Children and Adolescents (ECA - Law No. 8069) and the child protection network, as it was observed that knowledge is an important way to avoid reproducing a distorted view of the TC's performance, especially when it is seen as a punitive body or with the ingenuity that its action would make up for all the absences of public policies that guarantee access, permanence and quality of education for children and adolescents.

KEYWORDS: School Management. Guardianship Council. Supervised Curriculum Internship in Educational Management.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência decorreu das atividades desenvolvidas no componente curricular Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), que proporcionou atividades e estudos sobre a articulação entre instâncias gestoras de sistemas de ensino, rede de proteção à infância e escolas. Com isso, reflete-se acerca as vivências oportunizadas pelas visitas e entrevistas nas 34 horas/aula de atividades, desenvolvidas no segundo semestre do segundo ano do Curso de Pedagogia.

O estágio em Gestão Educacional do Curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), encontra-se organizado em duas etapas diferentes, mas que se complementam. O primeiro estágio de 34h, no segundo ano do curso é o Estágio Supervisionado em Gestão Educacional. O segundo estágio de 68h, ocorre no quarto ano do curso que é o Estágio Supervisionado em Gestão Escolar. Este relato se reporta às experiências e reflexões decorrentes do primeiro estágio.

Considera-se importantes alguns esclarecimentos sobre os conhecimentos que abrangem a experiência relatada. Sabe-se que o licenciando em Pedagogia demanda um processo formativo para o exercício da complexa tarefa de gerir e coordenar a organização do trabalho pedagógico em instituições escolares e não escolares, conforme pode-se ler na Resolução CNE/CP 01/2006, que dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, ao definir o que é central para a formação do Licenciado de Pedagogia:

I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino (BRASIL, 2006).

O terceiro inciso abrange a necessidade de participação dos processos educativos no âmbito da Gestão Educacional e Escolar. A terminologia Gestão pode ser compreendida nos aspectos micro e macro. Isso porque as políticas, conforme esclarece Vieira (2007, p. 58), “que traduzem as intenções do Poder Público, ao serem transformadas em práticas se materializam na gestão”. As práticas situam-se no aspecto micro (Gestão Escolar), neste caso refere-se às ações da escola, já no aspecto macro (Gestão Educacional), alude-se às ações dos governos (Federal, Municipal e Estadual) e seus órgãos.

Ainda sobre a terminologia Gestão, Vieira (2007) observa que ela abrange em seu aspecto político e técnico conhecimentos sobre as condições sócio-históricas, coletividade e interlocução, pois “[...] Administrar a escassez, gerir conflitos, tomar decisões em situações complexas requer a preparação para atuar nessas zonas de sombra da impopularidade” (VIEIRA, 2007, p. 60).

O estágio em Gestão Educacional engloba o trabalho pedagógico nas instâncias normativas e administrativas dos sistemas de ensino da educação básica e busca entender o trabalho da escola articulado aos sistemas. Nesse sentido, o referido estágio foi organizado em três momentos: a preparação para a atividade de campo com a elaboração de um planejamento de estágio; a atividade de campo, que permitiu o acompanhamento dos trabalhos pedagógicos de diferentes instituições e órgãos do Estado e da rede de proteção à infância e, por fim, a reflexão a partir das observações realizadas no seu desenvolvimento.

Para este relato, dentre as cinco instituições - Instituição Escolar, Conselho Tutelar (CT), Núcleo Regional de Educação de Maringá (NRE-Maringá/PR), Organização Educativa Não Governamental e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), optou-se por detalhar e refletir sobre a articulação entre rede de proteção à infância e escolas. Para tanto, reflete-se sobre as ações do Conselho Tutelar, por ser um órgão de proteção aos direitos da criança e do adolescente. Assim, os profissionais que atuam em processos educativos, seja na organização ou no funcionamento de sistemas e instituições de ensino, necessitam de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069) e da rede de proteção à infância, pois a legislação fundamenta os encaminhamentos necessários para a definição de ações que contribuam para o cumprimento do Art. 53. do ECA, que trata da garantia do direito à educação.

Este relato encontra-se organizado em duas partes. Inicia-se com a discussão sobre os campos de atuação do Pedagogo, na Gestão Educacional e Escolar. Na sequência, aborda-se sobre o Conselho Tutelar, especificamente seus desafios e a relação com a escola na busca pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, dentre elas, a

principal, o direito à educação e, por fim, tecem-se as considerações finais.

FORMAÇÃO DO LICENCIADO EM PEDAGOGIA: GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR ENQUANTO CAMPOS DE ATUAÇÃO

As habilitações que formavam os administradores, supervisores e orientadores educacionais, nos anos 1990, deram lugar à formação do Licenciado em Pedagogia. As Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, conforme alerta Shiroma (2011, p. 6), definiram por não “[...] especializar o profissional para lidar com a gestão da educação, e sim de disseminar tópicos sobre gestão educacional na formação de todos os licenciados”. Nos últimos anos tem se colocado ênfase para a formação de gestores, ainda conforme a autora:

Discursos neoliberais tentam nos convencer de que não faltam professores, faltam “bons” professores e “escolas eficazes”, de que não faltam recursos para educação, apenas são mal aplicados e mal geridos. A ideia subjacente a estes argumentos é a de que bons professores são frutos de uma boa gestão mais do que de uma boa formação ou de condições de trabalho e salários adequados. (SHIROMA, 2011, p. 6).

Nesses discursos, todos os problemas da educação resultam de problemas de Gestão. As lutas históricas por uma boa formação, salários e condições de trabalhos são reduzidas a uma boa ou má Gestão. Não por acaso, as reformas educacionais a partir dos anos 1990 elegeram os processos que envolvem a Gestão como um dos focos educativos para se alcançar uma determinada “qualidade” educacional no país. Dessa forma, incluir na formação do licenciado em Pedagogia uma multiplicidade de conhecimentos para uma multiplicidade de práticas têm sido um grande desafio, principalmente quando se busca uma formação que se constitua para além da disseminação de tópicos sobre Gestão.

A reforma educacional dos anos 1990 atribuiu novas incumbências às escolas no que se refere a Gestão. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), o Art. 12, definiu que os estabelecimentos devem:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei (BRASIL, 1996).

São ações importantes da concretização do direito ao acesso e permanência da

criança e adolescente na escola. Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 e a LDB - 9394/96 estabelecem que a educação é um direito de todos, de forma que a Gestão Educacional e a Gestão Escolar precisam-se orientar para este fim, todavia, ressalta-se que apenas o aspecto formalizado em legislações não garante que ocorram a efetividade desses direitos.

Sobre a relação entre Gestão Escolar e Gestão Educacional:

A razão de existir da gestão educacional é a escola e o trabalho que nela se realiza. A gestão escolar, por sua vez, orienta-se para assegurar aquilo que é próprio de sua finalidade – promover o ensino e a aprendizagem, viabilizando a educação como um direito de todos, conforme determinam a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases (VIEIRA, 2007, p. 63).

A partir do exposto, entende-se que é necessário conhecer as funções das instituições escolares e não escolares para questioná-las sobre suas finalidades, dificuldades e desafios, de modo a oferecer elementos para reflexão sobre as atividades de administração. Evoca-se a necessidade de conhecimentos específicos e de diversas áreas para lidar com a essência do trabalho educativo, qual seja, a formação humana e o desenvolvimento do sujeito.

Nesse entendimento, conhecimentos sobre a sociedade, a política, a legislação, a prática educativa advém como necessidade e menos como o cumprimento formal dos conhecimentos de cada disciplina. Destaca-se que o conhecimento necessário à prática da Gestão não está limitado a uma disciplina ou um ano de curso, uma vez que apesar de se instituir no conjunto legal da formação do licenciado em Pedagogia, isso não retira a responsabilidade ou a importância desse estágio que tem como pressuposto conhecimentos teóricos e práticos do trabalho coletivo.

Acompanhar a prática, inquirir sobre os desafios do cotidiano, pensar sobre as diferentes forças que atuam na complexidade do fazer escolar, instiga a refletir e buscar alternativas. Um antídoto para a valorização da prática enquanto forma de naturalização e acomodação. O grande desafio para o tempo e o espaço que se tem das práticas de Gestão Educacional e Escolar situa-se na compreensão da relação entre teoria e prática. Concorda-se com Vieira (2007, p. 67) quando defende que “é preciso ir da prática à teoria e desta àquela tendo como norte a função social da educação e da escola”. Desafia-nos a pensar sobre as diferentes forças em ação, internas e externas, na relação que se estabelece entre Gestão Educacional e Escolar, a partir de uma concepção de trabalho orientada ao desenvolvimento pleno da consciência humana como um ato histórico e político.

Na sequência, relata e reflete-se sobre as ações do CT, por ser um órgão de proteção aos direitos da criança e do adolescente. O conhecimento desse órgão e ações que desenvolve junto às escolas constituiu uma das atividades realizadas durante o Estágio Supervisionado em Gestão Educacional.

OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMO NORTE DE AÇÕES

A escolha dentre as atividades desenvolvidas no estágio para reflexão foi a atuação do Conselho Tutelar (CT) na relação que estabelece com a escola. Antes de prosseguir é preciso escrever um pouco sobre esse órgão. Segundo o Projeto de Lei Orgânica Nacional do CT, que dispõe sobre normas gerais para a criação, organização e funcionamento desse órgão em todo o Brasil, o Art. 3º parágrafo 1º, estabelece:

o número de Conselhos Tutelares será proporcional à população do município ou região administrativa, levando em consideração a incidência e prevalência de violações de direitos infanto-juvenis e a extensão territorial, na forma da legislação local, observado o mínimo de um Conselho Tutelar para cada grupo de 100.000 (cem mil) habitantes (BRASIL, 2017).

No município de Maringá o CT foi implantado em 1990 com dois conselhos (Norte e Sul), contendo dez conselheiros no total. A visita e entrevista ocorreu no CT da Zona Sul, situado na rua Joaquim Nabuco nº 1056, apresentando boa infraestrutura física, uma vez que a aquisição do prédio era recente, entretanto, conforme relato dos conselheiros havia falta de materiais para a realização do trabalho.

O CT, segundo o Art. 131 do Estatuto da Criança e adolescente, Lei nº 8069, é um “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990). Ele vincula-se à prefeitura, mas a ela não se subordina” (SOUZA; TEIXEIRA; SILVA; 2003, p.72). Fiscaliza entidades e escolas, exerce controle social e atua na garantia de direitos baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Pelo seu desafio e abrangência de atuação, entende-se que o CT precisa ter essa relação e elaboração mais ampla entre os sistemas e as instituições. O Art. 132 e 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece:

Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: I - reconhecida idoneidade moral; II - idade superior a vinte e um anos; III - residir no município (BRASIL, 1990).

Considerando que o CT é um órgão que atua para garantir os direitos da criança e do adolescente, zelando para que as legislações sejam cumpridas, buscou-se conhecer o edital (nº 001/2015) do CMDCA que convoca e regulamenta o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar para a Gestão 2016/2020. Inicialmente, causou espanto que o curso superior não é critério para a candidatura. Embora, seja critério “[...] ter reconhecida experiência prática em atividades ou promoção dos direitos da criança e do

adolescente de, no mínimo 03 (três) anos, exercidos nos últimos 05 (cinco) anos” (Edital nº 001/2015) e haver uma prova de conhecimento específico na 2º etapa do processo de escolha. Isso levou-nos a pensar sobre a dificuldade para as pequenas cidades do Brasil, que provavelmente vivem realidades bem diferentes da encontrada em Maringá/PR, por exemplo, para o provimento de pessoas para esse trabalho, que é socialmente necessário. E principalmente, aponta para a necessidade e desafio de formação desses conselheiros para o exercício das suas atividades.

Depreende-se que a disseminação ao público em geral sobre as funções do órgão, dos seus desafios e equipamentos que dispõe pode contribuir para a participação de mais pessoas no processo de eleição, seja como eleitores ou candidatos a conselheiros, uma condição para que não incorra em indicados por afinidade, mas que seja baseado no comprometimento ao assumir esse trabalho, que pressupõe:

[...] contar com a atuação política de conselheiros conscientes de seu compromisso histórico para a superação das mazelas das desigualdades de classe, gênero e etnia da sociedade brasileira. Os conselheiros tutelares como intelectuais orgânicos e agentes multiplicadores do ECA necessitam atuar junto às instâncias da democracia participativa (LONGO, 2009, p. 6).

Nos estudos preparatórios para as atividades de estágio, um dos textos subsídio chamou atenção sobre a relação entre as escolas e o CT, bem como, os desafios que esse órgão enfrenta. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada por Souza, Teixeira e Silva (2003) em um dos quarenta e dois Conselhos Tutelares da Capital Paulista, no período de agosto de 1998 a fevereiro de 1999. Buscou-se com o estudo compreender a aplicação das prerrogativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no que tange ao direito à escolarização. Diante disso, o estudo reconhece a importância do CT, seja pela interlocução que tem com o público que usufrui dos equipamentos do CT e pela parceria que estabelece com o Conselho Municipal e Ministério Público. Aponta também, que alguns elementos podem contribuir para melhorar a ação do CT, por outro lado reconhece:

Se as políticas públicas não são rigorosas em garantir o direito ao acesso e à permanência na escola, bem como sua qualidade, ou se existem brechas nessas políticas, então fica mais difícil para o CT agir no momento da violação dos direitos, pois, de certa forma, as políticas públicas permitem que isso aconteça (SOUZA; TEIXEIRA; SILVA, 2003, p. 89).

Isso posto, afasta a visão recorrente do CT como um órgão de repressão e disciplinamento, como também da ingenuidade de que sua atuação é suficiente para suprir ausência de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e qualidade da educação às crianças e adolescentes. Uma das conselheiras que nos atendeu, exercia o cargo há quatro anos e no diálogo com o grupo de estagiários demonstrou amplo conhecimento acerca da legislação que trata dos direitos das crianças e adolescentes. A preocupação do grupo era entender um pouco sobre as ações do CT, conhecer os conselheiros, no que concerne à formação e atuação e a relação do CT com a escola e

comunidade.

Dado o desafio de atuação, considera-se que cursos de capacitação de qualidade para todos os conselheiros são de suma importância. Como se sabe, para as políticas de ação social são poucos os recursos, logo, não causam espanto a fala de uma das conselheiras que conversamos sobre a afirmação de que poucos cursos foram disponibilizados a eles, sendo que às vezes, alguns conselheiros iniciantes nem tiveram a oportunidade de cursos preparatórios. Além disso, para determinadas demandas, falta orientação sobre como proceder, é por isso que corroboramos com Souza, Teixeira, Silva (2003) quando afirmam:

[...] a formação dos conselheiros precisa ser continuada, na direção do aprimoramento de uma visão crítica e atualizada dos mecanismos e contextos da escola [...] [cabendo] principalmente ao poder público [...] responsabilizar-se pela formação do conselheiro de forma que esta perspectiva política emancipatória seja contemplada (SOUZA; TEIXEIRA; SILVA; 2003, p. 82).

Mas para muitas escolas, a função do CT é utilizada como ameaça ou encaminhamento de “problemas” que não estão dentro de suas funções, como a indisciplina. É por isso que Longo (2009) defende que “ampliar o diálogo entre escolas e conselhos tutelares é fundamental para aproximar estas duas instituições corresponsáveis pela garantia dos direitos do segmento infanto-juvenil, que ora se reconhecem como parceiras, ora opositoras” (LONGO, 2009, p. 13). Sem dúvida, é importante a articulação entre o trabalho do Pedagogo Gestor e Conselheiro Tutelar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional realizado no ano de 2015 na UEM proporcionou o acesso à prática de Gestão Educacional e Escolar ao relacionar a prática educativa ao direito, acesso e permanência da criança e adolescente na escola. Assim, o olhar atento para a rede de proteção à infância e adolescência, ao CT, ao CMDCA e à legislação pertinente, despertou curiosidade, trouxe conhecimentos que permitiram entender a escola na relação que se estabelece com as instâncias gestoras de sistemas de ensino e rede de proteção à infância.

A reflexão advinda do estágio, ampliou os conhecimentos, oferecendo subsídio para a compreensão das políticas educacionais, ou seja, o quanto é essencial entender o contexto político, o histórico e as teorias que fundamentam as práticas e as legislações pertinentes ao trabalho do Pedagogo nas instâncias da Gestão.

Com relação às disciplinas relacionadas a este relato de experiência, pode-se ressaltar que são de extrema importância para a formação do Pedagogo, e por meio dessas, desenvolveu-se um trabalho de pesquisa para conhecer e compreender o trabalho do Pedagogo na Gestão Educacional e Escolar, bem como em Instituições Educativas Não Governamentais de forma consciente e organizada, no seu comprometimento, no

conhecimento das legislações, principalmente da Constituição Federal de 1988, a LDB e o ECA no que se refere aos direitos da criança e do adolescente. Portanto, o conhecimento é um caminho importante para que não se reproduza uma visão distorcida sobre a atuação do CT, em especial, quando é visto como um órgão punitivo ou com a ingenuidade de que sua ação supriria todas as ausências de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e qualidade da educação as crianças e adolescentes.

Finalmente, sem a pretensão de esgotar as reflexões no decorrer deste relato, fica evidente que as disciplinas relacionadas ao Estágio curricular Supervisionado em Gestão Educacional são fundamentais para a formação dos futuros Pedagogos, sendo a educação um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 nov. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 mai. 2017.

BRASIL. **Edital n.º 001/2015**. Convoca e regulamenta o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar – gestão 2016/2020. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/be5b01fe99bd.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

BRASIL. **Projeto de Lei Orgânica Nacional do Conselho Tutelar**. Disponível em: <http://www.portaldoconselhotutelar.com.br/minuta_lei_organica.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. Planalto do Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 05 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura**. Resolução no 01, de 15 de maio de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2015.

LONGO, I. S. O desafio das escolas públicas e dos Conselhos Tutelares na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, **Congr. Intern. Pedagogia Social**, mar., 2009. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n2/08.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

SHIROMA, Eneida Oto. A formação do professor-gestor nas políticas de profissionalização. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.7 n.2, ago. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/6778>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SOUZA, M. P. R.; TEIXEIRA, D. C. da S.; SILVA, M. C. Y. G. Conselho Tutelar: um novo instrumento social contra o fracasso escolar. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 71-82, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a07.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Disponível em: <<http://www.scs.uem.br/2005/cep/170cep2005.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19013/11044>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acordo Brasil Santa Sé 71

Aedes aegypti 48, 49, 50

Agressão 63, 68

Alunos 3, 4, 5, 8, 14, 16, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 69, 74, 84, 85, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 105, 107, 113, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 128, 129, 150, 157, 158, 159, 161, 165, 174, 176, 177, 179, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 206, 207, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243

Aprendizagem ativa 25, 26, 27, 157, 165

Aptidões 223

Assessoria executiva 223

Autonomia 13, 14, 25, 31, 35, 36, 75, 169, 170, 173, 184, 230, 233

B

BNCC 157, 158, 165

C

Capital cultural 82, 181, 182, 186, 187, 189, 190, 191

Ciência aberta 131, 135, 137, 140, 144

Ciência cidadã 131, 132, 133, 140, 144, 145

Competências 19, 24, 173, 210, 223, 225, 226, 230, 242, 243

Comunicação científica 131, 140, 144

Conselho Tutelar 147, 149, 150, 152, 155

Constituição Brasileira 71

Criatividade 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 56, 85, 157, 205, 207, 210, 213, 214, 217, 229, 234, 235, 236, 241

Culturas digitais 81

Currículo oculto 1, 2, 4, 9

D

Desafios 24, 129, 137, 149, 151, 153, 159, 161, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 207, 223, 230

Design 166, 167, 168, 169, 177, 180

Diálogo 112

Didática 9, 25, 26, 27, 29, 113, 157, 158

Direito à educação 12, 23, 120, 149, 150

Discurso 4, 86, 92

E

Educação 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 33, 34, 36, 38, 48, 62, 75, 79, 81, 82, 83, 87, 89, 96, 97, 98, 99, 100, 109, 110, 111, 120, 122, 123, 125, 128, 129, 147, 149, 150, 155, 156, 157, 165, 166, 173, 174, 175, 179, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 191, 193, 204, 205, 216, 243, 244, 245

Educação ambiental 48, 52

Educação básica 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 100, 101, 109, 121, 149, 156, 157, 182, 187, 193, 243, 244, 245

Educação especial 13, 19, 22, 97, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129

Eleições 193, 194, 197, 203

Ensino 1, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 30, 33, 38, 40, 41, 46, 50, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 65, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 104, 105, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 126, 128, 129, 132, 139, 140, 143, 145, 147, 148, 149, 151, 154, 157, 158, 165, 174, 175, 178, 179, 186, 187, 191, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 220, 221, 227, 228, 229, 230, 233, 235, 237, 242, 243, 244, 245

Ensino de Filosofia 112, 113, 114, 115, 116, 117

Ensino de História 38, 40, 46

Ensino de Química 54, 62

Ensino Religioso 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Escola de formação técnico-militar 227, 243

Estágio curricular supervisionado 147, 148, 154

Estágio supervisionado 54, 55, 58, 148, 151

Estatística 13, 90, 110, 193, 197, 204

Estresse 38, 44, 45, 63, 65, 66, 67, 68, 69

F

Fisiologia humana 63

G

Gamificação 157, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

Gêneros textuais 92, 95, 96

Gestão educacional 19, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155

Gestão escolar 147, 148, 149, 151

H

Habilidades 25, 26, 33, 40, 56, 61, 84, 94, 95, 113, 157, 158, 159, 178, 210, 212, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 242

Hermenêutica 112, 114, 117, 118

Histórias em quadrinhos 205, 209, 211, 216

I

Ideologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 90

Inclusão 15, 40, 93, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 139, 177, 204

J

Jogos lúdicos 54

L

LDBEN 15, 71, 72, 75, 77, 79

Libras 92, 93, 94, 95, 96, 97, 138

Línguas estrangeiras 218, 221, 222

M

Metodologias 3, 25, 26, 75, 81, 92, 94, 97, 113, 114, 132, 168, 227, 229, 230, 231, 234, 239, 243, 244

Metodologias ativas 227, 230, 234, 239, 243, 244

Mostra técnica e cultural 227, 229, 230, 232, 238, 240, 241, 242, 243

Mulher Maravilha 205, 212, 213, 214, 216

Município 50, 62, 65, 98, 101, 102, 104, 106, 109, 150, 152, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192

O

Oficinas de estudo 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

P

Pedagogia histórico-crítica 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Pensamento complexo 34, 86, 89, 90, 205, 206, 212, 215

Pensamento crítico 112, 113, 117, 158, 173

Pessoa com deficiência 120, 121, 127

Petrobras 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192

Políticas públicas 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 116, 118, 129, 133, 138, 140, 147, 153, 155

Produção científica 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146

Professor 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 55, 56, 58, 62, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 117, 120, 155, 158, 159, 178, 182, 186, 193, 205, 207, 210, 211, 214, 215, 231, 245

Profissional de secretariado 218, 219, 223, 224, 225

PSPN 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Q

Qualidade 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 38, 44, 45, 52, 68, 99, 100, 121, 128, 139, 140, 147, 150, 153, 154, 155, 188, 239, 242

R

Remuneração de professores 98, 99, 101

Revisão de literatura 73, 166, 224

RPG *Maker* 157, 158, 159, 165

S

Sentido subjetivo 38, 40, 41, 42, 43, 44

Sociointeracionismo 119, 120, 122, 124, 125

Sociologia 67, 70, 81, 82, 83, 87, 89, 90, 158

Software 87, 157, 159, 243

Sucesso profissional 218

T

Tecnologias digitais 81, 82, 83, 84, 88

U

Universidade pública 131, 143

V

Valorização de professores 98

Violência doméstica 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70

4

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



4

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 